

Carta Mensal da Gestão

RBIF11

Rio Bravo ESG IS FIC FI Infra RF CP

CNPJ: 38.314.962/0001-98



riobravo.com.br



**RIO
BRAVO**

julho22

Destaques do Mês de Julho⁽¹⁾

R\$ 30,4 milhões

Patrimônio Líquido

406

Cotistas

5,3 anos

Duration da carteira

IPCA+7,88%

Carrego da carteira de crédito⁽²⁾

AA brasil

Rating independente médio ponderado

69,4%

Referente aos Setores Prioritários da Política IS

20 Emissores

No portfólio do fundo master⁽³⁾

8 Segmentos de

Infraestrutura

No portfólio do fundo master⁽³⁾

R\$ 97,51

Cota patrimonial marcada a mercado⁽⁴⁾

R\$ 99,41

Cota patrimonial marcada na curva⁽⁵⁾

R\$ 0,74

de distribuição de rendimentos

0,76%

Dividend Yield⁽⁶⁾

Movimento do Portfólio de Ativos

Ao longo de julho, aumentamos a nossa exposição às cotas seniores do FIDC Siga Energia em função da boa rentabilidade e do indexador pós-fixado num ambiente de Selic e CDI em alta (CDI +7,0% a.a.) e da qualidade de crédito dos recebíveis. Adicionamos debentures da Mata de Santa Genebra (MSGT33) devido à boa relação de risco e retorno da emissão (IPCA +7,44% a.a. vs. ANBIMA 7,37% a.a.). Não houve redução ou venda integral de nenhum ativo, mas otimização do carrego e nível de caixa (90% crédito privado).

(1) Data base: 29.07.2022

(2) Ao se considerar a ponderação pelo duration de cada ativo, o carrego é de IPCA +7,44% a.a.

(3) Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura.

(4) Valor sem considerar a dedução relativa à distribuição de rendimentos referentes ao resultado de Julho/22

(5) Marcação na curva significa a apropriação de juros, variação monetária e ágio ou deságio no preço unitário em função da taxa de aquisição de cada ativo do portfólio e o nível de inflação mensal considerado.

(6) Com base na cota patrimonial marcada a mercado

Sobre o RBIF11



Reconhecimento IS e taxonomia própria de análise ESG

Fundo reconhecido como Investimento Sustentável ("IS") pela ANBIMA, com uma Política IS que traz um processo de seleção objetivo de ESG, com lista de exclusão, taxonomia de ativos e avaliação de riscos e adicionalidades socioambientais



Risco de Crédito

Foco na qualidade de crédito de projetos de infraestrutura: todos os ativos da carteira do fundo terão rating independente de crédito



Diversificação

Carteira bem diversificada e líquida, tanto em ativos quanto em segmentos de infraestrutura, na busca de uma boa relação entre risco e retorno

OBJETIVO DO FUNDO

Investir preponderantemente em cotas de FI Infra, que investirão preferencialmente em debêntures de infraestrutura e ativos incentivados que se enquadrem na Lei nº 12.431/11, ativos com classificação de risco por uma agência classificadora de risco especializada e processo de integração de questões IS e de ESG com a análise fundamentalista de crédito.

TRIBUTAÇÃO

Isenção de tributação nos rendimentos e no ganho de capital na venda da cota. Alíquota de imposto de renda de 0% apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011

COMO INVESTIR?

Você pode investir no Rio Bravo ESG IS FIC FI Infra pelo seu *homebroker*. O fundo está disponível em todas as corretoras pelo código RBIF11.

ATENDIMENTO DIGITAL

Envie uma mensagem para (11) 3509-6600 ou clique no ícone para:

- ✓ Informações sobre nossos fundos
- ✓ Informes de rendimentos
- ✓ Atualizações cadastrais
- ✓ Disponibilidade dos imóveis dos fundos imobiliários
- ✓ Acesso direto ao time de RI



REGULAMENTO
DO FUNDO

CONHEÇA A
RIO BRAVO

Cenário Macroeconômico

Em julho, o risco fiscal se manteve em foco no Brasil. As duas medidas de maior repercussão foram a redução do ICMS e a PEC dos benefícios sociais, que aumenta o Auxílio Brasil para 2022. A primeira delas, ainda que tenha sido aprovada em junho, teve pela primeira vez efeitos aparecendo nos dados de inflação. A segunda medida, essa sim aprovada no mês, aumentou as preocupações com a condução da política fiscal daqui para frente.

O IPCA do mês desacelerou forte em relação ao mês anterior e mostrou variação de -0,68% (0,67% em junho). Foi a menor taxa registrada desde o início da série (jan/88). O alívio nos preços foi concentrado em itens específicos, como gasolina (-15,48%), etanol (-11,38%) e energia elétrica (-5,78%), mas com os outros grupos ainda com pressões inflacionárias. A surpresa positiva nos dados do mês corrobora com o alívio nas expectativas do mercado para 2022. Nos últimos 12 meses, a inflação ainda acumula dois dígitos (10,07%).

Para o ano que vem, o fim de medidas temporárias de controle de preços mantém as expectativas acima da meta de inflação. Dados de inflação subjacente ainda pressionados também corroboram essa visão. De acordo com o Boletim Focus, publicado em 29.07.2022, a mediana para a variação do IPCA de 2022 caiu para 7,15% a.a. de 7,30% a.a. na semana anterior e, para 2023, subiu para 5,33% a.a. de 5,30%.



Em relação ao prejuízo fiscal das medidas de controle de preços, o risco parece relativamente controlado para 2022. Ao longo do ano, as contas públicas têm surpreendido positivamente, puxadas pela atividade econômica aquecida e pela alta inflação acumulada. As preocupações com a saúde das contas públicas tanto no curto quanto no longo prazo estão atualmente mais ligadas a PEC dos benefícios sociais e às eleições.

A PEC, para driblar a legislação eleitoral e para furar o teto de gastos (mais uma vez) estabeleceu um estado de emergência. No curto prazo, com a aproximação das eleições e com o atual presidente em segundo lugar nas pesquisas, há a preocupação de que essa medida facilite mais gastos eleitorais. Olhando à frente, a incerteza do cenário fiscal gira em torno da fragilização do principal arcabouço fiscal: o teto de gastos.

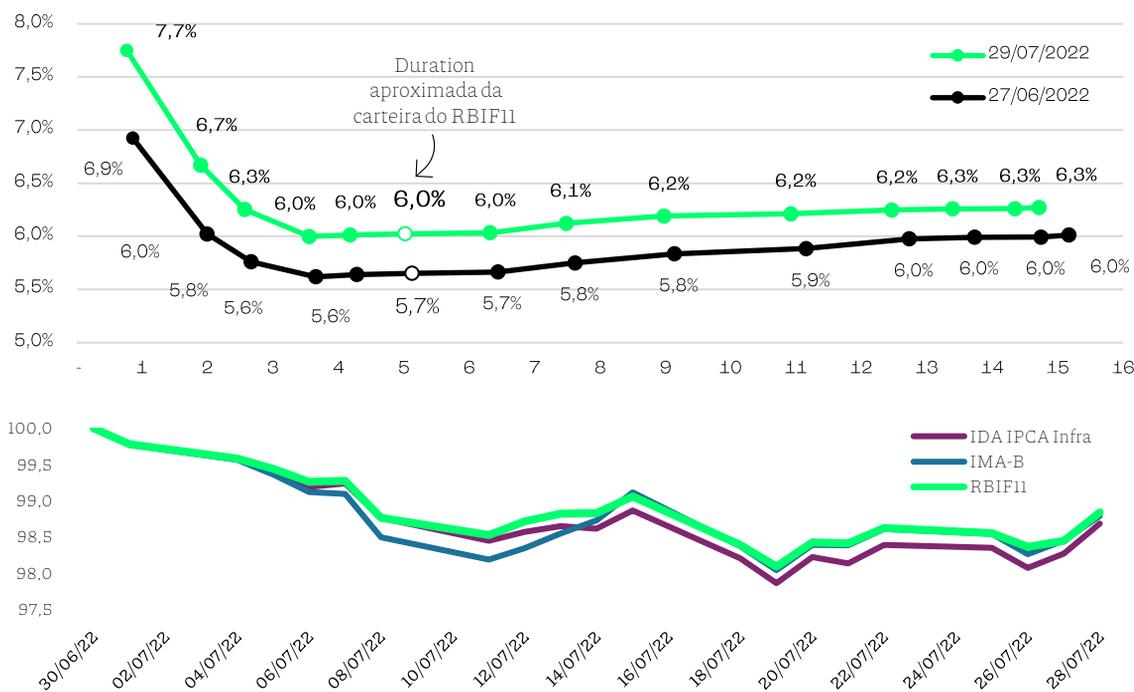
Já é a segunda vez em dois anos que o teto de gastos é desrespeitado e os principais candidatos às eleições presidenciais discutem substituí-lo por uma nova regra no ano que vem. Os mercados se preocupam com as possibilidades para o novo desenho de regra fiscal. Nesse contexto, a queda da inflação de curto prazo e o risco fiscal abriram as curvas de juro real e o IMA-B caiu 0,88% no mês. No cenário os principais riscos seguem a política fiscal e seus efeitos na inflação, dois itens importantes para a estratégia de gestão do RBIF11.

Comentários do Gestor

Abertura da Curva de Juros

Além do efeito deflacionário conforme comentado no tópico anterior, que impacta negativamente a apropriação de variação monetária no carregamento dos ativos indexados em IPCA e a marcação a mercado das NTN-Bs, o mês de julho foi marcado por um ambiente de elevada incertezas no âmbito fiscal, o que resultou em forte abertura da curva de juros reais por sucessivos dias e em todos os vértices (gráficos abaixo), gerando clara desvalorização destes ativos, inclusive debêntures incentivadas, representadas pelo IDA IPCA Infraestrutura:

Curva de Juros Reais (NTN-B) - % a.a. por duration



Para agosto, apesar do cenário ainda incerto em função das eleições e o risco fiscal no médio e longo prazos, a ata do COPOM traz um tom mais *dovish*, sinalizando fim do ciclo de aperto monetário, talvez um aumento residual de SELIC até 14% a.a. com foco na inflação agora de 1T24. Isto pode sinalizar menor volatilidade ao movimento de curto prazo das curvas de juros nos próximos meses. A consequência direta deste efeito de abertura foi uma marcação a mercado negativa (menores preços unitários - PUs) dos ativos da carteira dos fundos. Por outro lado, é importante ressaltar que os ativos vem apropriando juros, variação monetária e, em determinados caso, prêmios de deságio nos PUs marcados pela curva. Esta perspectiva de carregamento é interessante quando o portfólio se beneficia de diversificação, fluxos frequentes de pagamentos de juros e amortização de principal e há flexibilidade temporal para a alienação destes ativos.

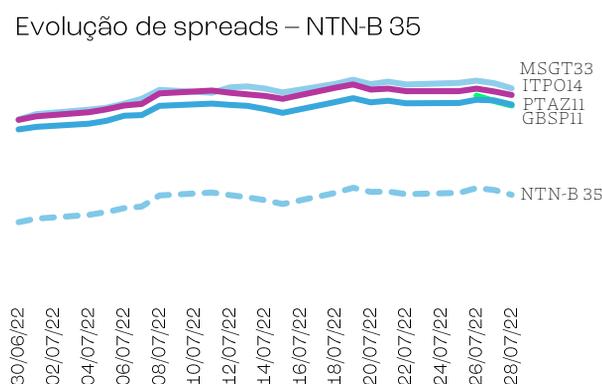
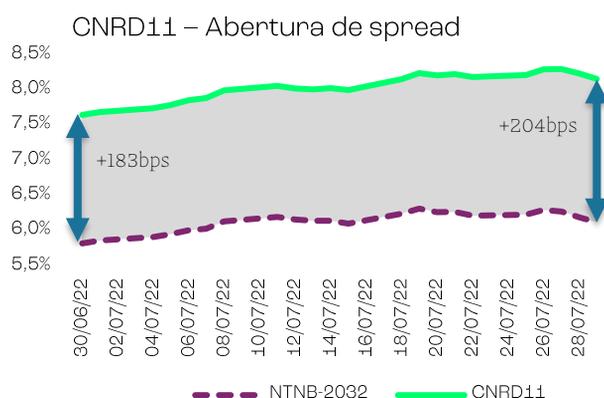
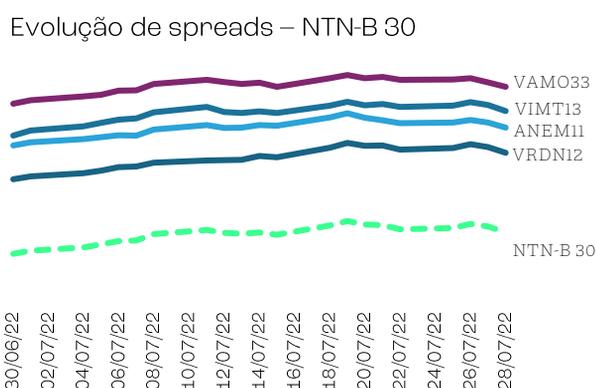
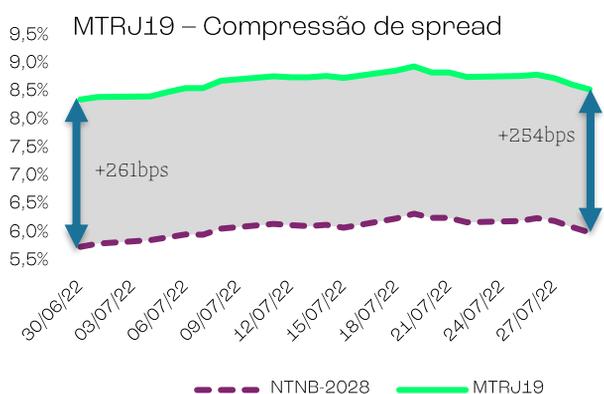
Como estratégia, priorizaremos ativos maduros, com fluxos de caixa que se beneficiam de pagamentos de juros e amortizações frequentes e com *durations* menores nos próximos meses. Continuaremos avaliando a necessidade de uso de derivativos com este intuito.



Comentários do Gestor

Spreads (Prêmios) de Crédito

Ao contrário do efeito de desvalorização da abertura da curva de juros real, ao longo do mês de julho não observamos variações relevantes nos spreads de crédito dos ativos que compõem o portfólio de ativos. Dos ativos que mais experimentaram maiores compressões, comparando as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA entre 30.06.2022 e 29.07.2022, os destaques foram MTRJ19 (MetroRio – Mobilidade Urbana: -7 bps sobre a NTN-B 2028) e ANEM11 (Anemus Wind – Geração eólica: -3 bps sobre a NTN-B 2028). Os ativos que registraram as maiores aberturas de prêmio foram CNRD11 (MS 306 – Rodovia: +21 bps sobre a NTN-B 2032) e MSGT33 (Mata de Santa Genebra – Transmissão de energia; +8 bps sobre a NTN-B 2035) (gráficos abaixo).



No caso dos investimentos feitos pelo RBIF11 através do fundo master, registramos fechamento dos spreads de crédito em quase todos os ativos uma vez que (i) adquirimos nossas posições com prêmio (deságio) em quase todos os ativos do portfólio (taxa de compra superior à taxa de emissão), (ii) as taxas de comparação não são somente as indicativas da ANBIMA, mas também taxas de fechamento de mercado, e (iii) também porque há diferença entre as datas de aquisição destes ativos, que ocorreu ao longo de junho e julho de 2022 não necessariamente em 30.06, como no comparativo acima. Neste caso, os destaques são TAEE11 (Taesa – Transmissão de Energia; compressão de 138 bps sobre a NTN-B 2023), MTRJ19 (compressão de 26bps) e GBSP11 (GBS Participações – Transmissão de energia; compressão de 21 bps sobre a NTN-B 2035).



Comentários do Gestor

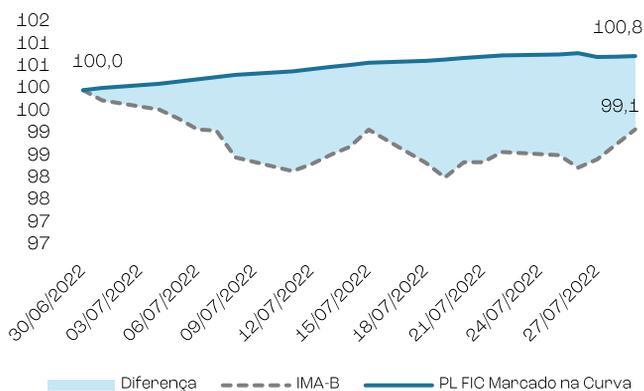
Performance do RBIF11

Apesar da estabilidade dos spreads de crédito dos ativos de renda fixa indexados em IPCA principalmente daqueles que compõem a carteira do fundo, a forte abertura da curva de juros reais impactou negativamente os preços dos ativos (-0,79%), mas menos que o benchmark do fundo, o IMA-B (-0,88%). Assim, o fundo desempenhou 9bps melhor que o IMA-B. Quando olhamos a perspectiva da valorização da carteira pelo carregamento dos ativos (IPCA+7,4% a.a., observamos uma evolução bem superior ao benchmark (+0,76% contra -0,88%) (gráficos abaixo):

RBIF11 (Marcado a Mercado) vs. IMA-B

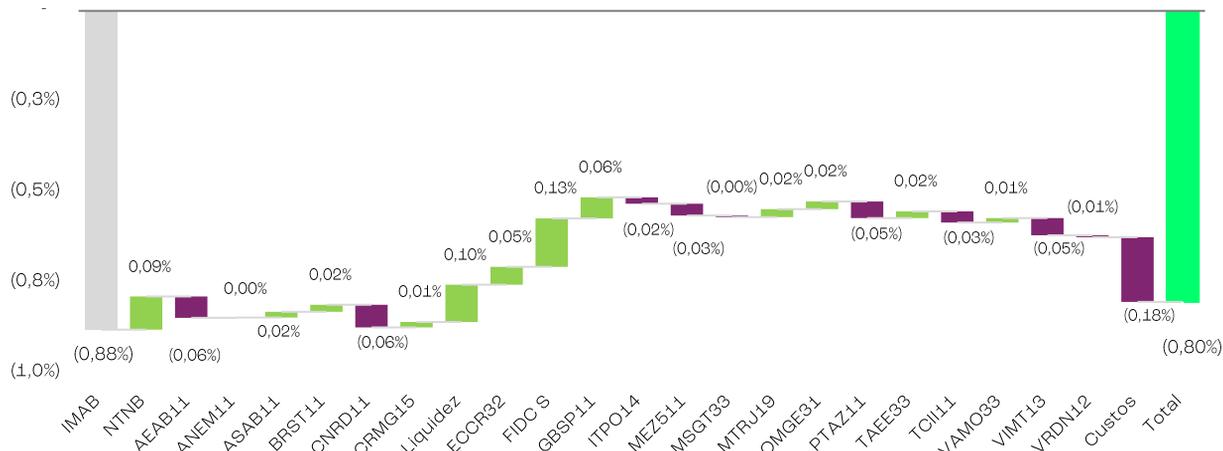


RBIF11 (Marcado na Curva) vs. IMA-B



Atribuição de Performance

Conforme vemos abaixo, no mês de julho, houve mais ganhos generalizados que desvalorizações na marcação a mercado da carteira, resultando num desempenho acima do IMA-B em 9bps (gráfico abaixo). Como discutimos acima, o fator que mais influenciou este resultado foi o movimento da curva de juros reais em detrimento dos spreads de crédito. Os melhores desempenhos ficaram com GBSP11, Cotas do FIDC Energia, ECCR32, NTN-B e recursos líquidos em CDI (pós-fixado).

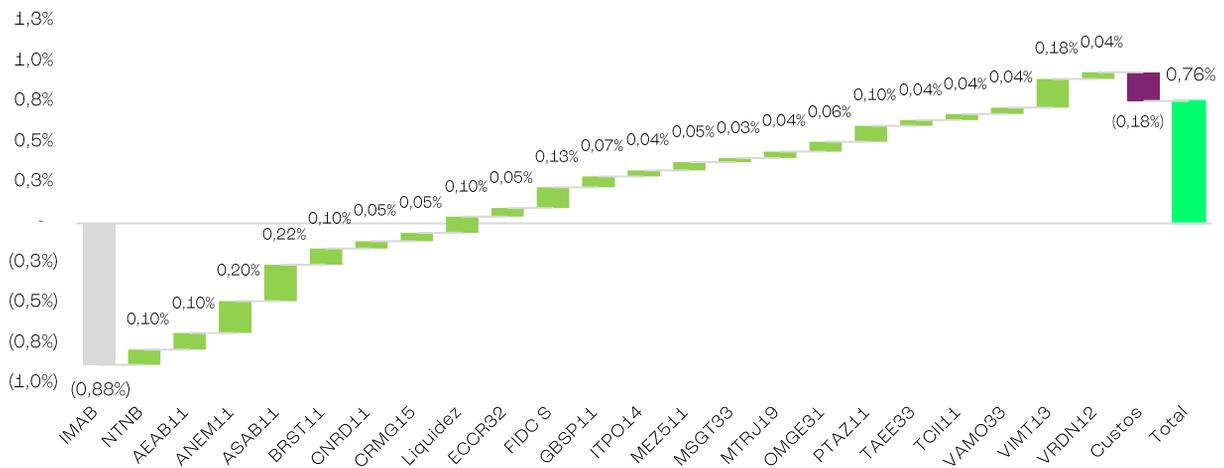




Comentários do Gestor

Atribuição de Performance

Ao avaliarmos a atribuição de desempenho da carteira sob a perspectiva do carregamento de juros, variação monetária e ganhos pelos deságios de aquisição de alguns ativos, obtemos o seguinte resultado no mês de julho, um ganho acumulado mensal líquido de 0,76%. O resultado marcado na curva dos ativos perdeu força na 2ª metade do mês em função das projeções negativas de inflação pela ANBIMA (-0,66%), confirmado pelo IPCA de julho.



Conforme indicamos no relatório de junho, temos a previsão de distribuição de rendimentos de até R\$ 1,00 por cota até o final do semestre. Para o mês de julho, apesar do bom carregamento real da carteira (IPCA +0,64% no curto prazo), o resultado do fundo foi prejudicado pelo evento não recorrente da forte deflação (-0,67%), que prejudica o carregamento nominal do fundo e pela forte abertura da curva de juros reais, mas acreditamos que nos próximos meses as distribuições podem chegar a R\$ 1,00 por cota num cenário de inflação positiva.

| R\$ | Julho 22 |
|---|-----------|
| Receitas Operacionais (Marcação na Curva) | 289.740 |
| Debêntures | 231.449 |
| NTN-Bs | 15.275 |
| Cotas de FIDC | 22.678 |
| Cotas de FIRF (Zeragem) | 20.338 |
| Marcação a Mercado | (476.190) |
| Custos e Despesas | (60.165) |
| Resultado (Marcação na Curva) | 229.575 |
| Resultado (Marcação a Mercado) | (246.615) |
| Qde. de Cotas | 311.475 |
| Resultado por Cota (R\$/cota) - Marcação na Curva | 0,74 |

Referência

Julho

| | |
|----------------------------|------------|
| Data Anúncio | 09/08/2022 |
| Data de Pagamento | 19/08/2022 |
| Distribuição por Cota | R\$ 0,74 |
| Cota Mercado no Fechamento | R\$ 97,51 |
| Retorno no mês | 0,76% |
| Distribuição acumulada | R\$ 0,74 |



Visão Geral do RBIF11

Dados Cadastrais

CNPJ: 38.314.962/0001-98

Início do Fundo: 07/06/2022

Prazo de Duração: Indeterminado

Público-alvo: Público em geral

Tributação: Isenção de IRPF, tanto para ganhos de capital como para rendimentos ou outros tipos de proventos

Taxa de Gestão: 0,80% a.a.

Taxa de Administração Fiduciária, Custódia, Escrituração e Custódia^(*): 0,05% a.a.

Taxa de Performance: Não há

Benchmark: IMA-B

Gestora: Rio Bravo Investimentos Ltda.

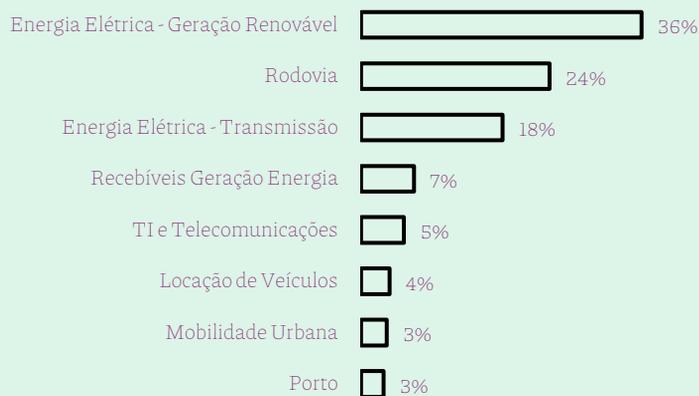
Administrador: Banco Daycoval S.A.

Número de Cotistas^(**): 406

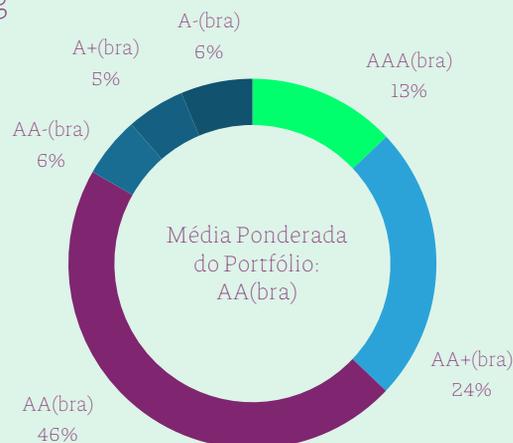
Classificação ANBIMA: Renda Fixa, Duração Livre, Crédito Livre

Alocação Atual

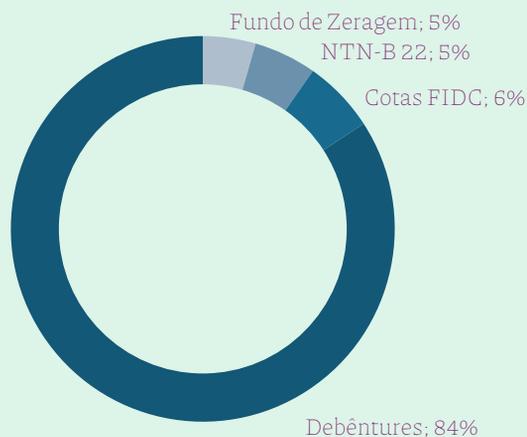
Setor (% carteira de crédito privado)



Rating



Instrumento



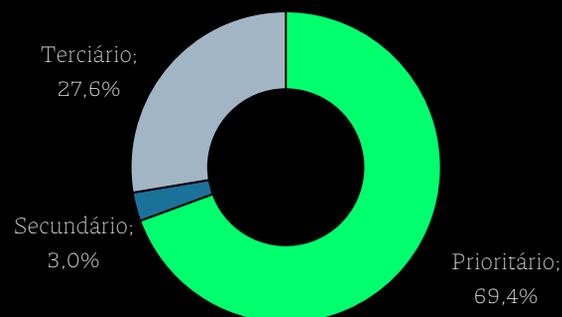
(*) Inclui os custos de Administração Fiduciária, Custódia, Escrituração e Custódia do Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura; Valor mínimo de R\$ 6 mil por mês. (**) Em 29/07/2022

Portfólio Atual^(*)

| # | Código Cetip | Emissor | Segmento | Rating ^(**) | Índice | Duration atual | Volume | PL | Retorno RBIF1.1 (IPCA+) | Spread NTN-B Compra | Retorno MaM (IPCA+) | Spread NTN-B atual | Cupom (Emissão) |
|----|--------------|---|---------------------|------------------------|--------|----------------|--------|-------|-------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|-----------------|
| | | | | | | Anos | R\$ mm | % | % | bps | % | Bps | % |
| 1 | FIDC | Recebíveis ACL | Recebíveis Energia | A-(bra) | CDI+ | 1,0 | 1,9 | 6,1% | 13,2% ^(***) | 545 | 13,2% | 545 | 13,2% |
| 2 | VAMO33 | Vamos Locação | Locação de Veículos | AA+(bra) | IPCA | 6,1 | 1,0 | 3,3% | 8,2% | 249 | 8,3% | 227 | 6,4% |
| 3 | ECCR32 | Ecorodovias Concessões | Rodovia | AA(bra) | IPCA | 0,2 | 1,0 | 3,3% | 9,4% | 247 | 10,1% | 231 | 5,4% |
| 4 | ASAB11 | Asa Branca Holding | Geração Renovável | AA(bra) | IPCA | 4,8 | 3,4 | 11,2% | 7,6% | 199 | 8,0% | 201 | 6,3% |
| 5 | ANEM11 | Anemus Wind | Geração Renovável | AA(bra) | IPCA | 6,7 | 3,0 | 9,8% | 7,4% | 174 | 7,8% | 172 | 7,3% |
| 6 | CRMG15 | Nascentes das Gerais MG-050 | Rodovia | AA+(bra) | IPCA | 4,4 | 1,0 | 3,2% | 7,3% | 170 | 7,7% | 167 | 6,0% |
| 7 | VIMT13 | Via Brasil MT 320 | Rodovia | AA(bra) | IPCA | 6,6 | 3,0 | 9,7% | 7,5% | 182 | 8,0% | 198 | 6,2% |
| 8 | CNRD11 | Ms 306 | Rodovia | AA+(bra) | IPCA | 6,9 | 1,0 | 3,3% | 7,5% | 183 | 8,1% | 207 | 6,0% |
| 9 | AEAB11 | AES Cajuína | Geração Renovável | AA(bra) | IPCA | 9,6 | 1,5 | 4,8% | 7,1% | 122 | 7,5% | 126 | 7,0% |
| 10 | OMGE31 | Omega Geração | Geração Renovável | AA(bra) | IPCA | 3,1 | 1,0 | 3,3% | 7,0% | 129 | 7,3% | 120 | 5,6% |
| 11 | VRDN12 | Viarondon Concessionária | Rodovia | AA-(bra) | IPCA | 4,8 | 0,7 | 2,2% | 7,2% | 150 | 7,3% | 130 | 5,6% |
| 12 | BRST11 | Brisanet | TI e Telecom | A+(bra) | IPCA | 3,6 | 1,5 | 4,9% | 7,2% | 162 | 7,4% | 141 | 5,8% |
| 13 | MSGT33 | Mata de Santa Genebra Transmissora | Transmissão | AA+(bra) | IPCA | 8,8 | 0,7 | 2,3% | 7,4% | 161 | 7,4% | 125 | 6,2% |
| 14 | MTRJ19 | MetroRio | Mob. Urbana | AA-(bra) | IPCA | 8,4 | 0,9 | 3,0% | 8,5% | 283 | 8,6% | 257 | 7,1% |
| 15 | ITPO14 | Itapoá Terminais | Porto | AA(bra) | IPCA | 8,6 | 0,8 | 2,6% | 7,0% | 118 | 7,3% | 117 | 6,3% |
| 16 | GBSP11 | GBS Participações | Transmissão | A+(bra) | IPCA | 8,7 | 1,1 | 3,5% | 7,1% | 126 | 7,2% | 102 | 7,3% |
| 17 | TAAE33 | Taesa | Transmissão | AAA(bra) | IPCA | 1,1 | 0,7 | 2,4% | 8,1% | 145 | 7,5% | 6 | 5,1% |
| 18 | MEZ511 | MEZ 5 Energia | Transmissão | AAA(bra) | IPCA | 8,9 | 1,0 | 3,3% | 7,1% | 130 | 7,3% | 110 | 7,1% |
| 19 | TCIII1 | AES Tucano | Geração Renovável | AA(bra) | IPCA | 8,1 | 1,0 | 3,2% | 6,9% | 110 | 7,3% | 116 | 6,1% |
| 20 | PTAZ11 | Parintins Amazonas | Transmissão | AA+(bra) | IPCA | 9,3 | 1,5 | 4,9% | 7,0% | 112 | 7,2% | 104 | 5,7% |
| | | Portfólio Crédito Privado | | AA(bra) | | 5,9 | 27,4 | 90% | 7,9% | 195 | 8,2% | 187 | 6,4% |
| | | Portfólio Crédito (pond. pela duration) | | AA(bra) | | 5,9 | 27,4 | 90% | 7,4% | 167 | 7,8% | 162 | 6,4% |
| | | Liquidez - LFT / Zeragem | | AA+(bra) | CDI+ | - | 1,4 | 13,7% | 0% | - | | | |
| | | Liquidez - NTNB | | AA+(bra) | IPCA | 0,0 | 1,6 | 5,1% | 12,1% | - | | | |
| | | Total de Ativos | | AA(bra) | | 5,3 | 30,4 | 100% | 7,5% | 144 | | | - |

Taxonomia ESG do RBIF11^(****)

- ✓ Setores Primários: $\geq 60\%$ do portfólio
- ✓ Setores Secundários $\leq 40\%$ do portfólio
- ✓ Setores Terciários: $\leq 30\%$ do portfólio



(*) Portfólio do fundo Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura RF CP (CNPJ:41.533.785/0001-39). Este fundo tem como único cotista o RBIF11; (**) Rating independente para todas as emissões; (***) Remuneração da operação equivalente a CDI +7,0% a.a. A taxa de IPCA +13,2% equivale à taxa interna de retorno real do fluxo de repagamentos (amortizações e juros) na data de 30.06.2022; (****) De acordo com a taxonomia do fundo, ao menos 60% do investimento deve se concentrar em "Projetos Primários" (Alta adicionalidade socioambiental, como projetos de geração renovável, linhas de transmissão e saneamento); 30% em projetos definidos como "Terciários" (Hidrelétricas de grande escala, Rodovias, Portos, Aeroportos, e Termelétrica a gás natural). Os projetos considerados "Secundários" devem compor no máximo 40% do fundo (Telecomunicação, Ferrovias, Sistemas de mobilidade urbana e Hidrovias). Ativos em liquidez são considerados prioritários para efeito de cômputo dos valores.



Brasil

O reconhecimento IS - Investimento Sustentável - nasceu de uma agenda da ANBIMA, perene e prioritária, para tratar de sustentabilidade na indústria de gestão de recursos de terceiros. O tema ESG (ambiental, social e de governança) tem se tornado peça fundamental para a sobrevivência dos negócios no longo prazo e está alinhado com a crescente demanda dos investidores, empresas e demais agentes de mercado, alinhados às iminentes necessidades da sociedade e do planeta.

A ANBIMA, como protagonista do tema no Brasil, e inspirada por iniciativas internacionais, por meio de seu Grupo Consultivo de Sustentabilidade teve o importante papel de prover informações, facilitar o dia-a-dia dos gestores e incentivar a evolução dessa indústria, inicialmente pelos fundos de ações e de renda fixa, estabelecendo regras para além daquelas que integram questões de ESG, mas também contemplando aqueles que tem como objetivo o investimento sustentável, os Fundos IS.

As novas regras buscam prover ao mercado a opção qualitativa de adoção de critérios ESG na gestão de recursos, desde que os agentes atestem formalmente esse compromisso e adequem-se às regras e procedimentos da ANBIMA.

Veja na tabela ao lado os principais critérios estabelecidos pela ANBIMA.

| | Gestor | Fundo IS* | Fundo que considera questões ASG |
|---|---|--|--|
| Compromisso com a sustentabilidade | Política de sustentabilidade (documento aprovado) | Objetivo do fundo é investimento sustentável Objetivo no regulamento do fundo e políticas de investimento que busquem alinhamento da carteira; "não causar dano" (regulamento, políticas e declaração) | Investimentos do fundo consideram ASG Política de investimento ou material técnico inclui consideração ASG (documentação formal) |
| Ações continuadas *** | Estrutura de governança (relatório aprovado) | <ul style="list-style-type: none"> Estratégia (metodologias e dados) outras ferramentas e engajamento Limitações de metodologias, dados e ferramentas Medidas de due diligence e monitoramento (demonstrativo/relatório periódico") | <ul style="list-style-type: none"> Metodologia e dados; limitações Outras ferramentas e engajamento (quando for o caso) Medidas de due diligence (demonstrativo/relatório periódico") |
| Transparência | Divulgação da política e da governança (site/materiais do gestor) | <ul style="list-style-type: none"> Divulgação de objetivo, estratégia e ações para buscar e monitorar o objetivo (materiais do fundo/lâmina) Nome do fundo inclui IS | <ul style="list-style-type: none"> Divulgação de metodologia, fontes de dados, limitações e ações de due diligence (materiais de marketing/lâmina) Marketing inclui frase "esse fundo integra questões ASG em sua gestão" |
| Importante! | Refere-se à atividade de gestão. Compromissos acompanhados de ações respectivas. Não será feita classificação de gestor | <ul style="list-style-type: none"> Monitoramento do objetivo com métricas e indicadores, bem como compromisso de "não causar dano" Riscos e oportunidades específicos | <ul style="list-style-type: none"> Diferenciação em material publicitário Acompanhamento dos parâmetros estabelecidos para consideração ASG Carteiras com objetivos diversos |

Fonte: Guia ASG II – ANBIMA. Elaboração: ANBIMA

(*) Fundos que utilizam expressões "sustentável", "ESG", "ASG", "green" ou similares devem atender às regras para fundos IS.

(**) Os mesmos requerimentos se aplicam a fundos passivos, incluindo due diligence quanto a limitações e medidas de monitoramento.

(***) O gestor pode contemplar informações sobre as ações continuadas em documentos oficiais do fundo, nos termos do Código ANBIMA de Administração de Recursos de 3º, como: regulamento, políticas, lâmina de informações essenciais, questionário de due diligence, material publicitário ou técnico, entre outros documentos.

Rio Bravo Investimentos

A Rio Bravo Investimentos, por iniciativa, estabeleceu metodologia e processos para adequar-se às regras e procedimentos para reconhecimento de fundos de investimento sustentável (IS) da ANBIMA, de modo a constar o sufixo IS tanto no Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura RF CP (CNPJ:41.533.755/0001-39, veículo *master*), como no RBIF11 (veículo *feeder*), na data de 30/06/2022. Este reconhecimento é fruto de um longo trabalho do time de gestão, com comprovada atuação para buscar investimentos verdadeiramente sustentáveis, o que resultou na constituição formal da Política IS. Oportuno, é importante concluir dizendo que além das práticas adotadas pela Rio Bravo Investimentos, como já mencionadas, somos aderentes aos Códigos ANBIMA e iniciativas tais como PRI (*Principles for Responsible Investing*) e participante do IPC (Investidores pelo Clima).



Política IS do RBIF11

O RBIF11 é regido por uma Política IS desenvolvida em conjunto com a consultoria NINT (ex-SITAWI). Ao longo de meses, desenvolvemos limites máximos e mínimos de exposição a determinados segmentos de infraestrutura, com vistas a concentrar investimentos em projetos e empresas que apresentem maior potencial de impacto positivo ao meio ambiente e social. Na sequência, mostramos um resumo esquemático da nossa Política:

Taxonomia

Setores Primários (> 60% do PL do RBIF11)

- Saneamento
- Geração Solar
- Geração Eólica
- Telecom
- Geração Hídrica
- Transmissão

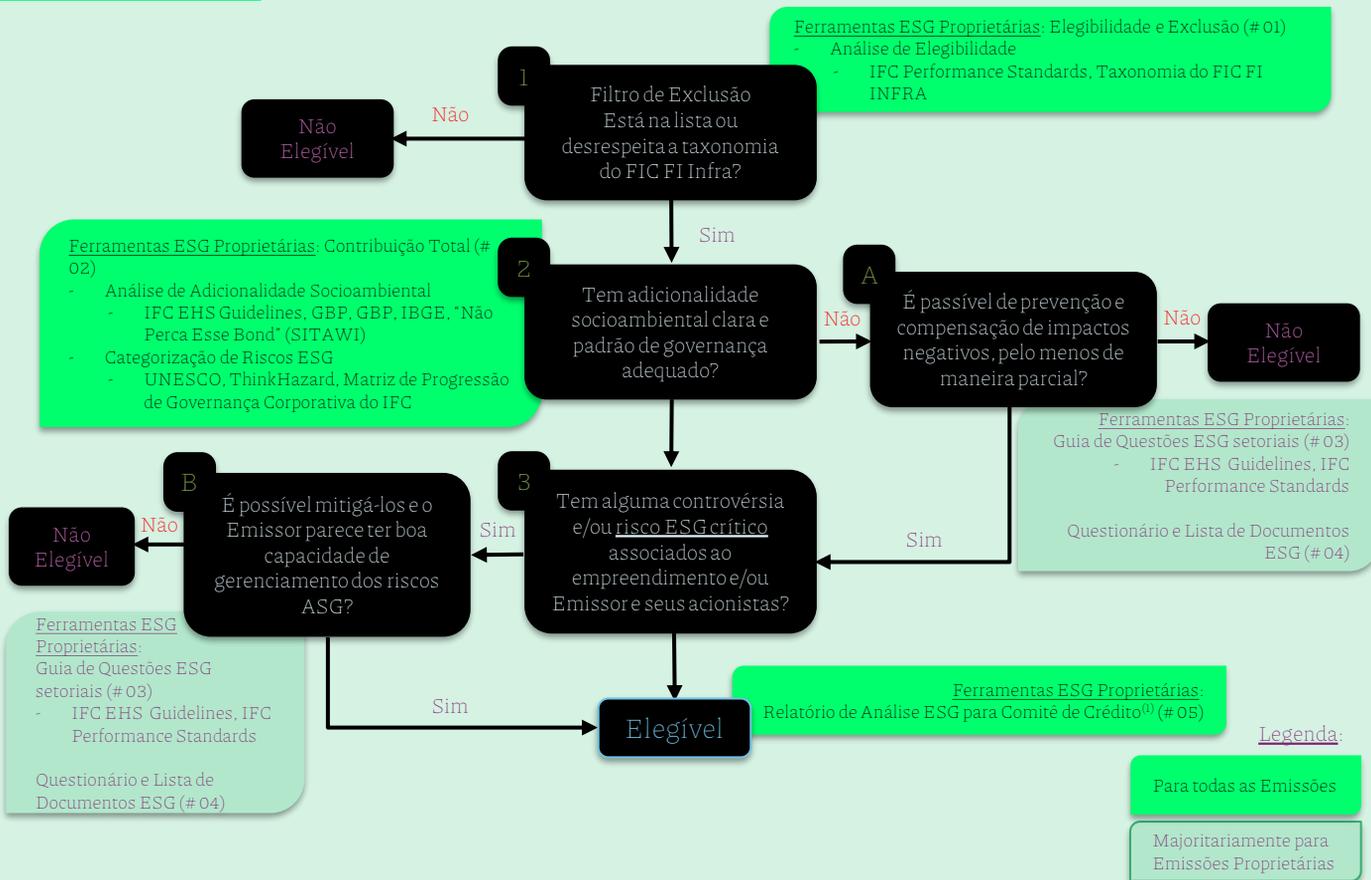
Setores Secundários (< 40% do PL)

- Mobilidade Urbana
- Ferrovias

Setores Terciários (< 30% do PL)

- Projetos Logísticos
- Térmica a Gás Natural

Processo



Descrição dos Ativos

ASAB11 – Asa Branca Holdings AA-(bra)

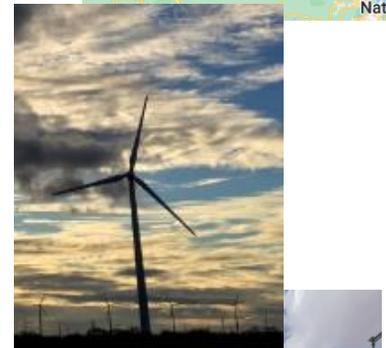
A Asa Branca Holding é uma subholding detentora de 100% do capital de 5 projetos eólicos operacionais localizados no RN, com 162MW de capacidade. A Asa Branca é 100% detida pela Contour Global Brasil, subsidiária integral da Contour Global PLC, Companhia focada no desenvolvimento de projetos de geração de energia mundo afora e listada na bolsa de Londres.

A Contour Global Brasil detém 4 clusters de geração de energia eólica, com capacidade de 597MW e 287MWh de Garantia Física: O complexo Chapada (473MW divididos em 3 parques eólicos, no Piauí) e o complexo Asa Branca.

O complexo está operacional desde Dez-2014 e firmou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (ACL) referente ao 2º LFA de 2010, válidos até Ago-33 e com autorização de operação até Abr-46. A energia foi contratualmente adquirida por um pool diversificado de 14 distribuidoras. Além disso, o contrato estabelece bandas quadrienais de amortecimento do volume de energia gerado vis-à-vis o montante contratado, mitigando o risco de volume de geração pelo projeto.

A emissão de debêntures foi usada para pré-pagamento do financiamento com o BNDES. A estrutura da dívida é padrão *project finance*, amortizável, sênior em fluxos e garantias, indexada ao IPCA. O *covenant* é ICSD(*) > 1,2x apurados anualmente. Há gatilhos de retenção de caixa e endividamento máximo.

Segundo a Política ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio (João Câmara – RN: 0,691).



ASAB11

OMGE31 – Omega Geração AA-(bra)

A Omega Geração é uma holding detentora de ativos de geração limpa e renovável, atuando sob critérios de sustentabilidade. A Companhia não assume riscos de prospecção nem de desenvolvimento de projetos, não realizando investimentos pré-operacionais nem execução de obras. A capacidade instalada é de 1,9GW (79 empreendimentos). Os ativos da Companhia estão localizados em 7 estados: MA, PI, BA, MS, MG, RJ e RS.

A OMGE31 é a 3ª série da 1ª emissão da Companhia, ocorrida em 2019 e objetivou a aquisição do complexo eólico Assuruá e a implantação de 4 parques eólicos em Paulino Neves (MA), com capacidade instalada de 108MW (Delta 5 e 6, 108MW). O total da emissão foi de R\$ 810 milhões.



OMGE31

(*) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, conforme definido na Escritura de emissão de debêntures.

Descrição dos Ativos

ANEM11 – Anemus Wind AA(bra)

A Anemus Holding detém 100% do capital de 3 SPEs e têm o direito de exploração de 3 parques eólicos em fase de implantação em Currais Novos (RN) por 35 anos. É detida pela 2W Energia, uma das maiores comercializadoras do Brasil, em fase de crescimento e que visa a crescer no mercado livre via desenvolvimento de ativos renováveis próprios.

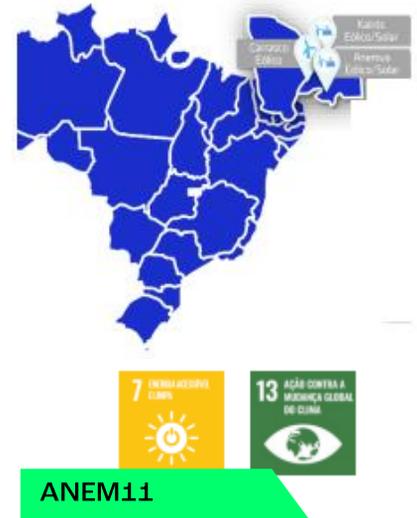
A 2W tem um modelo de expansão baseado numa plataforma de agentes independentes presentes em todo o Brasil, importante para crescimento no varejo dentro do mercado livre, cujos preços de energia são potencialmente maiores.

Segundo o 1º ITR/22, a implantação do complexo eólico está de acordo com o cronograma de execução planejado, assim como os programas socioambientais patrocinados. A emissão conta com fianças bancárias.

A Companhia tem controles de riscos quanto à exposição da sua carteira no mercado livre e políticas socioambientais sob a responsabilidade dos diretores estatutários administrativo e de *Compliance*. A Companhia desenvolveu ferramentas para identificação, avaliação, classificação e controle de riscos. A emissão ANEM11 é categorizada como Verde.

A estrutura da dívida é forte, com garantias, *covenants* e *cash sweep*.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio (Currais Novos – RN: 0,691).



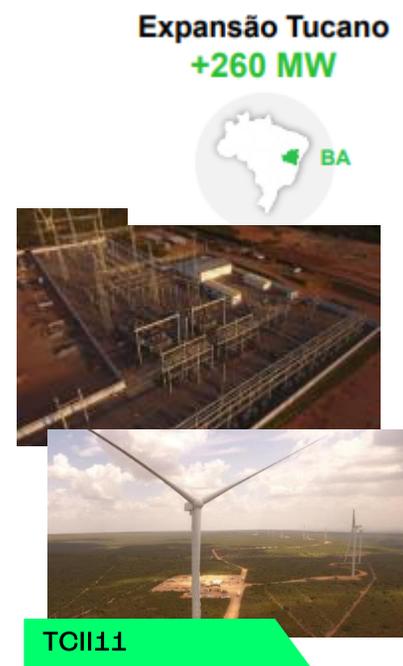
TCII11 – AES Tucano II AA(bra)

O complexo Tucano, localizado na Bahia, foi adquirido em 2019 pela AES Brasil e prevê uma capacidade instalada de 532MW. O projeto Tucano II totaliza 167MW e 27 unidades geradoras. O projeto está 69% completo e a previsão de entrada em operação comercial é 2022.

A emissão é considerada Verde e, em 2021, foi iniciado um estudo de adicionalidade do complexo para a geração de crédito de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

A AES Brasil tem rating ESG <SCI AAA e nota 9,4 de performance ESG pela Sustainalytics. A estrutura da dívida é típica de *project finance*.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é elevada em função da localização do projeto em região de IDH médio (Tucano – BA: 0,579).



Descrição dos Ativos

AEAB11 – AES Cajuína AA(bra)

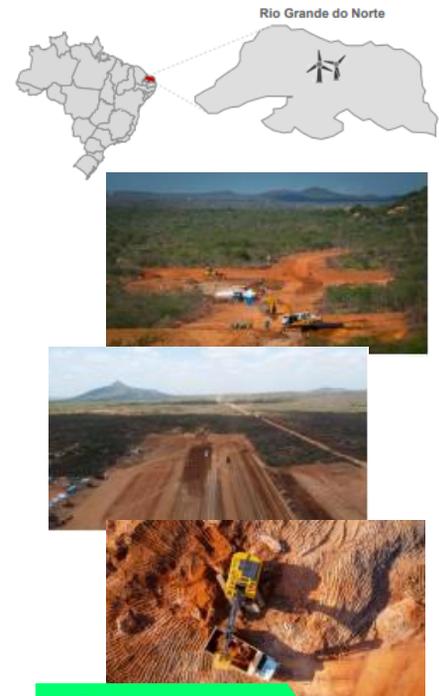
A AES Cajuína Holding detém 100% do capital de 5 SPEs e têm o direito de exploração de 5 parques eólicos em fase de implantação no RN por 35 anos. É detida pela AES Brasil. A energia gerada foi contratualmente adquirida pela AES Operações (93% da geração a P90, pelo prazo de 20 anos) e pela COPEL (4% da geração a P90 por 13 anos).

O projeto está em fase de implantação, mas os contratos e licenças já foram todos obtidos. Além disso, até o vencimento das debêntures, o projeto conta com garantia corporativa da AES Brasil para 100% do saldo. A expectativa de entrada em operação comercial é 2T/23.

A emissora conta com um vínculo econômico e societário forte com a AES Brasil, uma das principais geradoras privadas de geração renovável do Brasil. A AES Brasil tem rating ESG SCI AAA e nota 9,4 de performance ESG pela Sustainalytics. A emissão AEAB11 é categorizada como Verde.

A estrutura da dívida não apresenta garantias reais, mas a AES Brasil será fiadora de 100% do saldo da emissão até o vencimento das debêntures.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio (RN: 0,691).



AEAB11

PTAZ11 – Parintins Amazonas AA+(bra)

A Parintins-Amazonas Transmissora é uma concessionária de transmissão de energia, oriunda do leilão 004/2018 da ANEEL e consiste em uma extensão total de 480km de linhas de alta e média tensão e 3 subestações com capacidade total de 900 MVA.

A empresa é um projeto da Celeo Redes Brasil, que por sua vez é um grupo com 15 concessões de transmissão espalhadas em 13 estados. A Celeo Redes Brasil era responsável, em Dez-19, por 5.168km de linhas de transmissão. Os projetos são de baixa complexidade e a tecnologia é conhecida e consolidada. O arcabouço regulatório e legal é forte e estável.

A estrutura da dívida é subordinada em relação ao financiamento de 50% do CAPEX com o Banco da Amazônia (BASA), com os debenturistas se beneficiando com os recebíveis remanescentes. O ICSD natural de 1.3x deve ser respeitado e há gatilhos de retenção de caixa.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por escoar energia ao longo do Sistema Interligado Nacional (SIN) inclusive de fontes renováveis. A adicionalidade social é elevada em função da localização do projeto em região de IDH médio (Parintins– AM: 0,649).



PTAZ11

Descrição dos Ativos

GBSP11 – GBS Participações AAA(bra)

A GBS Participações compreende os projetos de transmissão Goyaz (144km), Borborema (124km) e Solaris (195km), localizados nos Estados de GO, PE e MG respectivamente. Os projetos sagraram-se vencedores do leilão ANEEL 002/2018 e deverão entrar em operação comercial de abril/22 a junho/23. Os projetos são de baixa complexidade e a tecnologia é bastante conhecida e consolidada. O arcabouço regulatório e legal é forte e estável.

A GBS Participações é 100% detida pela Sterlite Brasil Participações, que também será fiadora dos projetos até o vencimento das debêntures. Além disso, a emissão de debêntures (GBSP11) conta com fianças bancárias para mitigar o risco de construção.

Os 3 projetos preveem investimentos de R\$ 1,6 bilhão e gozarão de Receitas Anuais Permitidas (RAP) combinada de R\$ 120 milhões no ciclo 2021-2022.

A estrutura da dívida é um *project finance*, amortizáveis, seniores, com garantias reais e contam com conta reserva do serviço da dívida de 6 meses.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por escoar energia ao longo do Sistema Interligado Nacional (SIN) inclusive de projetos renováveis. A adicionalidade social é média em função da localização dos projetos em regiões de IDH médio (GO, PE e MG).



GBSP11

MEZ511 – MEZ 5 Energia AAA(bra)

A MEZ 5 Energia compreende os lotes 4 e 5 do leilão 001/2020, localizados no RS. A MEZ 5 é o maior de 10 projetos do grupo, que tem como origem a família Zarzur, os quais carregam mais de 40 anos em experiência no setor de construção civil.

Apesar de em fase de construção, o projeto se beneficia de fianças bancárias até o início das operações comerciais. Além disso, a tecnologia do setor de transmissão é conhecida e de baixa complexidade. O arcabouço regulatório e legal é forte e estável.

A estrutura da dívida é típica de *project finance*, com fianças bancárias até o fim da construção e garantias reais. Há *covenants* de ICSD de 1,2x calculados anualmente e conta reserva do serviço da dívida.

O projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por escoar energia ao longo do Sistema Interligado Nacional (SIN) inclusive dos projetos renováveis no NE. A adicionalidade social é elevada em função da localização do projeto em região de IDH médio a elevado.



MEZ511

Descrição dos Ativos

TAE33 – Taesa AAA(bra)

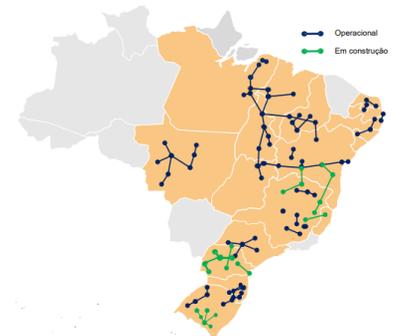
A Taesa é uma das mais tradicionais empresas de transmissão do Brasil, com cerca de 40 concessões, 14 mil km de linhas de transmissão (11,7 mil km em operação e 2,3 mil km em construção), 5 bases operacionais e presença em 18 Estados e DF. No quesito financeiro, a Companhia soma R\$ 3,5 bilhões de RAP no ciclo 2021-22, tem margem EBITDA de 83,1% e *market share* pela RAP de 11%.

Os recursos desta série TAE33 da 3ª emissão de debêntures foram utilizados para o resgate antecipado de instrumentos financeiros e reforço de caixa da Taesa. A série vencerá em outubro de 2024.

A Companhia demonstra forte comprometimento com a agenda de sustentabilidade, sendo as principais ações mapeadas, a remuneração da diretoria atrelada a fatores ESG, relatórios nos padrões do GRI (*Global Reporting Initiative*), inventário de emissões de gases de efeito estufa e recorrentes emissões de títulos verdes (*green bonds*). Do ponto de vista da governança, a Taesa pratica elevados princípios, condizentes com o Novo Mercado de listagem.

A estrutura da dívida é tipicamente corporativa, quirografária.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por escoar energia ao longo do Sistema Interligado Nacional (SIN) inclusive de projetos renováveis. A adicionalidade social é média em função das localizações dos projetos em regiões de IDH médio.



**OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

TAE33

BRST11 – Brisanet A+(bra)

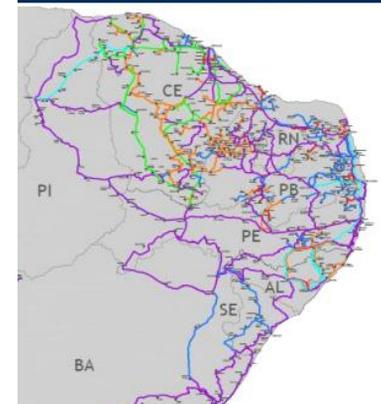
A Companhia de telecomunicações foi fundada em 1997 com foco no atendimento a clientes com serviços de internet fixa. Atualmente, opera exclusivamente na região NE (CE, RN, PE, PB) cobrindo mais de 200 cidades. Destaca-se pelo desenvolvimento de tecnologia *in house*, tendo sido pioneira na implementação de internet via infraestrutura de rádio no NE. Em 2011, a Brisanet se tornou a 1ª empresa brasileira a levar, em grande escala, o cabeamento de fibra ótica diretamente ao consumidor final, sendo que hoje 100% dos clientes estão ligados por fibra ótica.

Seu modelo de negócios é marcado pela atuação majoritária em cidades do interior, com posterior migração para a capital de tal estado. Em 2019, a Companhia iniciou um novo ciclo de crescimento, tendo atingido a marca de 754 mil clientes em jul/21. Com isso, se tornou a 4ª maior operadora do Brasil e a 3ª maior quando considerados somente clientes ligados a Fibra ótica. A Companhia realizou IPO e captou R\$ 1,25 bilhão.

A estrutura da dívida é corporativa, mas conta com garantias reais e fiança dos acionistas. O *covenant* financeiro é de DL/EBITDA < 3,5x.



Mapa de Fibra Ótica da Brisanet



BRST11

Descrição dos Ativos

CRMG15 – Nascente das Gerais MG -050 AA+(bra)

A Companhia tem como atividade a exploração de trechos da Rodovia MG-050. O contrato de concessão vai até 2032. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia, na qual a região é característica por forte atividade econômica de setores, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras.

A Companhia possui como acionista a AB Concessões, holding que possui 3 concessões rodoviárias em seu portfólio e é controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias globalmente.

A estrutura da dívida é padrão de *project finance*, sênior em fluxos e garantias, amortizáveis até dez/30, indexada ao IPCA. O *covenant* financeiro é ICSD com caixa > 1,2x (até *completion* financeiro) e ICSD sem caixa > 1,4x (após *completion* financeiro) apurados anualmente e há gatilho de distribuição de recursos aos acionistas de 1,3x. Há limitação de endividamento adicionais até R\$ 15 milhões.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por escoar energia ao longo do Sistema Interligado Nacional (SIN) inclusive de projetos renováveis. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio.



CRMG15

VIMT13 – Via Brasil 320 AA(bra)

A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do Estado.

A Via Brasil MT 320 foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados.

As debêntures são seniores em fluxos e garantias, amortizáveis até dezembro de 2036, com principal indexado ao IPCA. O *covenant* financeiro para atingimento do *completion* físico-financeiro é ICSD > 1,3x a partir de 2030, apurado anualmente. Até lá, o projeto conta com fianças não solidárias dos acionistas (52% Conasa). Há conta reserva de 1 PMT semestral e gatilho de distribuição de recursos aos acionistas no caso de baixa performance. Há também limitação de endividamento adicionais até R\$ 1,5 milhão.



VIMT13

Descrição dos Ativos

CNRD11 – Concessionária MS 306 AA+(bra)

A concessão da MS-306 foi assumida pelo grupo Way 306 em 2020 com início da cobrança de pedágio em abr/21. A concessão é estadual, regulada pelo SEINFRA-MT, se desenvolve ao longo da fronteira de Mato Grosso do Sul com Goiás, compreende todos os 219.5km de extensão da rodovia e atende desde a divisa com Goiás até Cassilândia-MT com 3 praças de pedágio, 3 Serviços de Atendimento ao Usuário e 2 Postos de Fiscalização. O contrato de concessão tem prazo de 30 anos, vencendo em mar/50.

A estrutura acionária é composta por 5 construtoras de médio porte e tem como líder a GLP Participações.

O fluxo de veículos é composto principalmente por veículos pesados (85%) que escoam as produções de milho, soja, cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas para o SE.

A estrutura da dívida é padrão para *project finance*, seniores em fluxos e garantias, amortizáveis, indexadas pelo IPCA e com garantias reais e *Covenants*.

O projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH já elevado (MS - 0,762).



CNRD11

ECCR32 – Ecorodovias Concessões AA(bra)

100% detida pela Ecorodovias, a Ecorodovias Concessões detém 100% das participações em 8 concessões rodoviárias, além de 65% da Holding do Araguaia. Detém 3.368 km de estradas sob concessão. A ECCR32 é a 3ª série da 2ª emissão da Ecorodovias Concessões, cujos recursos se destinaram a liquidação das debêntures da 1ª emissão, além do reforço do capital de giro e recomposição de caixa.

A Ecorodovias segue 12 Objetivos de Desenvolvimento responsável da ONU, com destaque para a compensação de 100% das emissões de GEE desde 2013, membro da lista A da GDP (líder global no fornecimento de dados sobre meio ambiente e clima), membros independentes no conselho de administração e publicação de relatório integrado com métricas de governança corporativa.

Em 2020, a Companhia atingiu R\$ 3,0 bilhões em receitas líquidas, R\$ 2,0 bilhões de EBITDA ajustado, R\$ 332 milhões de lucro líquido e R\$ 9,6 bilhões de dívida líquida.

A estrutura da emissão é tipicamente corporativa, quirografária, com *Covenants* financeiros baseados em DL / EBITDA < 3,5x e EBITDA / Despesas Financeiras > 2,0x. O vencimento da emissão será em out/22.

O projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em regiões de IDHs já elevados (ex: SP - 0,783).



ECCR32

Descrição dos Ativos

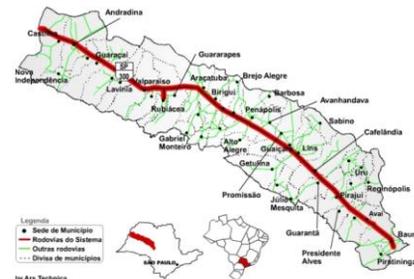
VNRD12 – ViaRondon Concessionária AA-(bra)

A ViaRondon é uma empresa da BRVias, que tem como acionistas o Grupo Splice e o FIP Volluto. A Companhia detém o direito de exploração de um concessão estadual madura, assumida em 2009, até 2049. São 417 km que se estendem de Castilho (SP), na divida com o MS até Bauru (SP). O fluxo de veículos depende da atividade econômica regional, principalmente do agronegócio. Cerca de 60% do tráfego é de veículos pesados.

O contrato de concessão específica reajuste tarifário pela inflação a cada 12 meses e permite reequilíbrios econômico-financeiros em casos específicos, como modificação unilateral por parte do Poder Concedente, caso fortuito ou força maior não segurados ou na ocorrência de eventos excepcionais que alterem as projeções financeiras realizadas. A recomposição do reequilíbrio poderá ser feito via prorrogação/redução do prazo da concessão, revisão da tarifa de pedágio ou revisão do cronograma de investimentos (CAPEX).

A estrutura da dívida é adequada, padrão *project finance*, seniores em fluxos e garantias, indexada ao IPCA até 2034. O *covenant* financeiro é ICSD Histórico > 1,3x, apurado anualmente e há gatilho de distribuição de recursos aos acionistas. Há limitação de endividamento adicionais até R\$ 30 milhões (salvo para vencimento antecipado).

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH já elevado (SP - 0,783).



VNRD12

ITPO14 – Terminais Itapoá AA-(bra)

A Terminais Itapoá iniciou suas operações em jun/11 sob uma autorização federal de 2005. Localizado no litoral norte de SC, atende uma área que incorpora Estados da região S, SE e CO através de acessos terrestre e marítimo. É controlada indiretamente pela Portosul, controlada da Embpar Participações.

A autorização federal atual vigorará até 2039, sem limitações para extensões adicionais. Possui um calado de 16 metros, sendo um dos únicos portos brasileiros prontos para receber os maiores navios de contêineres do mundo, o que é um diferencial competitivo relevante.

A estrutura da dívida é média, pois conta com garantia real, amortizáveis até dez/36, com principal indexado ao IPCA. O *covenant* financeiro é Dívida Líquida / EBITDA ≤ 3,00x, apurados trimestralmente e há gatilho de distribuição de recursos aos acionistas. Há limitação de endividamento adicionais a 2,5% do PL

O projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH já elevado (SP - 0,761).



ITPO14



Descrição dos Ativos

VAMO33 – Vamos Locação AA+(bra)

Com mais de 60 anos de tradição, a Vamos Locação é a maior plataforma de locação de caminhões do Brasil, com um modelo de negócios escalável, resiliente, previsível e com barreira de entrada. O mercado de locação é pouco penetrado e tem grande potencial de crescimento, sendo o mercado potencial endereçável de 160x o tamanho da Companhia. 72% do capital da Vamos pertence ao Grupo Simpar.

O apelo ESG do negócio da Vamos se baseia na troca de frota antiga, altamente poluente, por veículos novos e mais eficiente. Além disso, a Companhia expandiu o uso de energia solar para 40% das lojas, adotou o sistema de reuso de água para 50% das lojas e lançou um programa de compensação de GEE (*offsetting*) para os clientes. A Companhia compensa as emissões próprias de GEE de escopos 1 e 2 e vem trocando equipamentos internos a combustão por elétricos, como por exemplo empilhadeiras, que são 53% elétricas.

A estrutura da dívida é tipicamente corporativa, quirográfica.

Mesmo assim, em função do seu segmento de atuação, baseado numa frota de veículos ainda altamente dependente de combustíveis fósseis, a emissão se encaixa no setor terciário da taxonomia do RBIF11, assim como o segmento de rodovias e projetos logísticos, como portos e aeroportos, limitados, portanto, a 30% da carteira do fundo.



VAMO33

MTRJ19 – MetroRio AA(bra)

A Concessionária MetroRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro, que juntas circulam entre a Zona Sul, a Zona Norte e o Centro, por 36 estações em 42 km. O MetroRio também presta os serviços de operação, manutenção do material rodante, sistema e infraestrutura para a Linha 4. Com 12 km de extensão e 5 estações, a linha 4 faz a conexão da Zona Oeste à Zonal Sul do Rio de Janeiro.

A empresa iniciou suas operações em março de 1979 e é operada pela iniciativa privada desde 1998. O contrato de concessão possui prazo de 40 anos, após a prorrogação de 2007, com vencimento em janeiro/2038.

Recentemente a concessão vem experimentando recuperação da demanda, teve sucesso no reajuste tarifário (+12%), conseguiu *waiver* para troca do preenchimento da conta reserva do serviço da dívida por fianças bancárias e o Poder Concedente reconheceu um direito a R\$ 328 milhões a título de ressarcimento dos impactos da pandemia. R\$ 164 milhões já foram recebidos..

A estrutura da dívida é padrão *project finance*, com garantias e *Covenants*.

O projeto apresenta alta adicionalidade ambiental devido ao elevado potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH elevado mas disperso (RJ- 0,80).



MTRJ19

Descrição dos Ativos

MSGT33 – Mata de Santa Genebra Transmissora AA+(bra)

A Mata de Santa Genebra compreende uma SPE responsável pela construção, operação e manutenção de 3 linhas de transmissão de 885 km e 3 subestações nos Estados de SP e PR, pelo prazo de 30 anos desde 2018. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada foi de R\$ 175 milhões, ajustada anualmente pelo IPCA e passível de revisões a cada cinco anos para reequilíbrio econômico-financeiro, sendo que a próxima acontecerá em 2024. As linhas estão integralmente prontas e a empresa já recebe 100% da RAP. Em maio de 2022, o empreendimento pagou uma multa de R\$ 68 milhões em função de atrasos médios de 30 meses nas obras, que foram quitados com a garantia de fiel cumprimento anteriormente aportada pelos acionistas através de seguro.

A estrutura da dívida é um *project finance*, amortizáveis, seniores, com garantias reais e garantia corporativa dos acionistas Copel e Furnas até o *completion* financeiro.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por escoar energia ao longo do Sistema Interligado Nacional (SIN) inclusive de projetos renováveis. A adicionalidade social é baixa em função da localização dos projetos em regiões de IDH elevado.



MSGT33

Disclaimer



Este material foi elaborado pela Rio Bravo Investimentos Ltda. ("Rio Bravo Investimentos"), inscrita no CNPJ sob nº. 03.864.607/0001-08, e não deve ser considerado um relatório de análise para fins. Este material tem caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como sendo material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão e alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Os prazos, taxas e condições aqui contidos são meramente indicativos. As informações contidas nesse material foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A Rio Bravo Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. Os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros discutidos nesse material podem não ser adequados para todos os investidores. Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expressos em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Rio Bravo Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamentos da Rio Bravo Investimentos, podendo ser divulgado também em seu site. Fica proibida a reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Rio Bravo Investimentos. Para maiores informações sobre os produtos, tabelas de custos operacionais, acesse www.riobravo.com.br. LEIA O MATERIAL ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO FGC. ESTE FUNDO TEM MENOS DE 12 (DOZE) MESES. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TAXA. AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. A RENTABILIDADE AJUSTADA CONSIDERA O REINVESTIMENTO DOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO OU OUTROS RENDIMENTOS ADVINDOS DE ATIVOS FINANCEIROS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO REPASSADOS DIRETAMENTE AO COTISTA. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERENTE AO CÓDIGO ANBIMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS.

SAC / Ouvidoria: 0800 722 9910 | ouvidoria@riobravo.com.br

riobravo.com.br



Seu
investimento
tem poder.

 **RIO BRAVO**

Av. Chedid Jafet, 222 - Bloco B, 3º andar, CJ.32
04551-065, São Paulo - SP - Brasil
+55 11 3509 6600 | +55 11 2107 6600

